

# BORRACHA NATURAL PPROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006-2007

Humberto Lobo Pennacchio<sup>1</sup>

## 1 - Introdução

A *Hevea Brasiliensis*, planta originária da região Amazônica, encontrada naturalmente nas florestas dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e em áreas vizinhas do Peru e Bolívia, produz a borracha natural, que, dadas as suas características físico-químicas (elasticidade, resistência ao desgaste, impermeabilidade a líquidos e gases, isolante elétrico, plasticidade, etc.) a indústria química ainda não foi capaz de produzir um substituto apropriado. A borracha sintética, produto obtido a partir do petróleo, produzido em escala industrial pela indústria petroquímica e largamente utilizado, puro ou misturado, na produção de muitos artefatos, mas que não atende integralmente as necessidades de certas aplicações.

A borracha foi usada, primeiramente, como impermeabilizante de botas e mochilas do exército português, mas logo foram descobertos outros usos, elevando de forma substancial o interesse pelo produto. Em 1839, segundo Dean, já existia um comércio ativo do produto brasileiro com a Inglaterra. O interesse era tanto que foram feitos vários estudos botânicos por aquele país, culminando com *Henry Wickham* em 1876, levando cerca de 70 mil sementes de seringueira para a Inglaterra. As cerca de 2.700 mudas obtidas foram plantadas, em caráter experimental, no Ceilão, atual Sri-Lanka, na colônia inglesa do sudeste asiático onde, tendo encontrado condições ideais, desenvolveu-se de tal forma que transformou a região na maior produtora e exportadora de borracha do mundo. Além de desbancar o Brasil como maior produtor, passou a dificultar seriamente a capacidade competitiva da borracha brasileira, em razão da diferença do sistema de exploração. No Brasil prevalecia o extrativismo no meio de uma floresta inóspita, enquanto que lá eram extraídas de áreas racionalmente cultivadas.

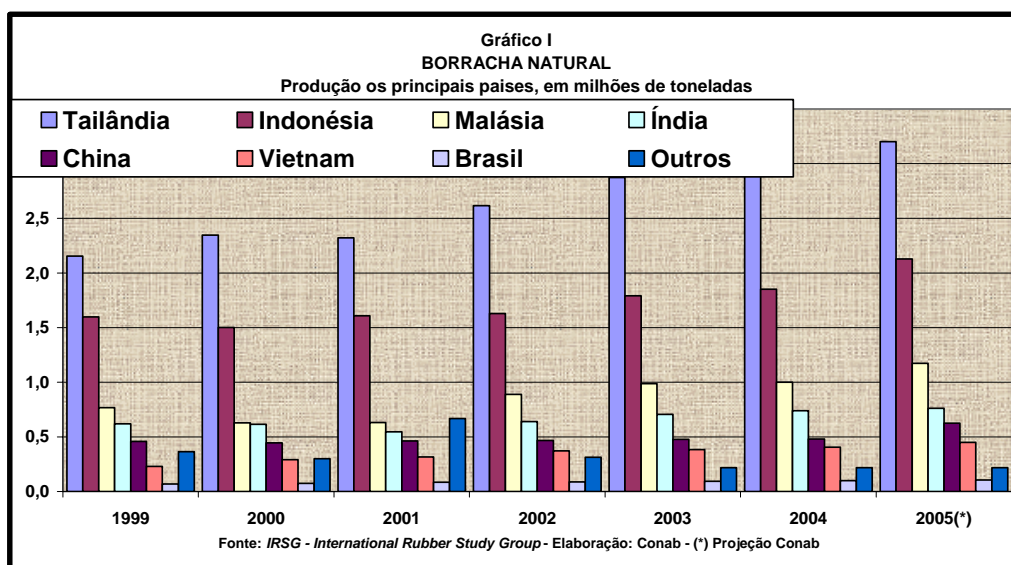
A cadeia produtiva da borracha natural no Brasil possui três segmentos distintos: a atividade rural, subdividida em atividade extrativista e de cultivo (heveicultura), as indústrias de beneficiamento e a indústria consumidora final. O extrativismo é praticado na Região Norte, local de origem da planta, enquanto que a heveicultura está localizada nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rondônia e São Paulo. As indústrias de beneficiamento estão localizadas em dez estados e as indústrias de consumo final estão distribuídas em dezesseis estados.

Desde a década de 70, foram implementados vários programas de apoio à produção de borracha com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional. Em 2004, o Governo Federal, objetivando fomentar a cadeia produtiva propôs, através da Conab, a inclusão da borracha na Política de Garantia de Preços Mínimos, nas modalidades de EGF, sem opção de venda, para financiar a estocagem das indústrias e AGF para compra direta da produção amazônica. Nas avaliações que se

---

<sup>1</sup> Analista de Mercado Borracha Natural.

seguiram foi aprovado apenas o EGF, estendido a todo o País. O presente trabalho é o estudo para a proposição da Política para a safra 2006/07, compreendendo o período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2007.



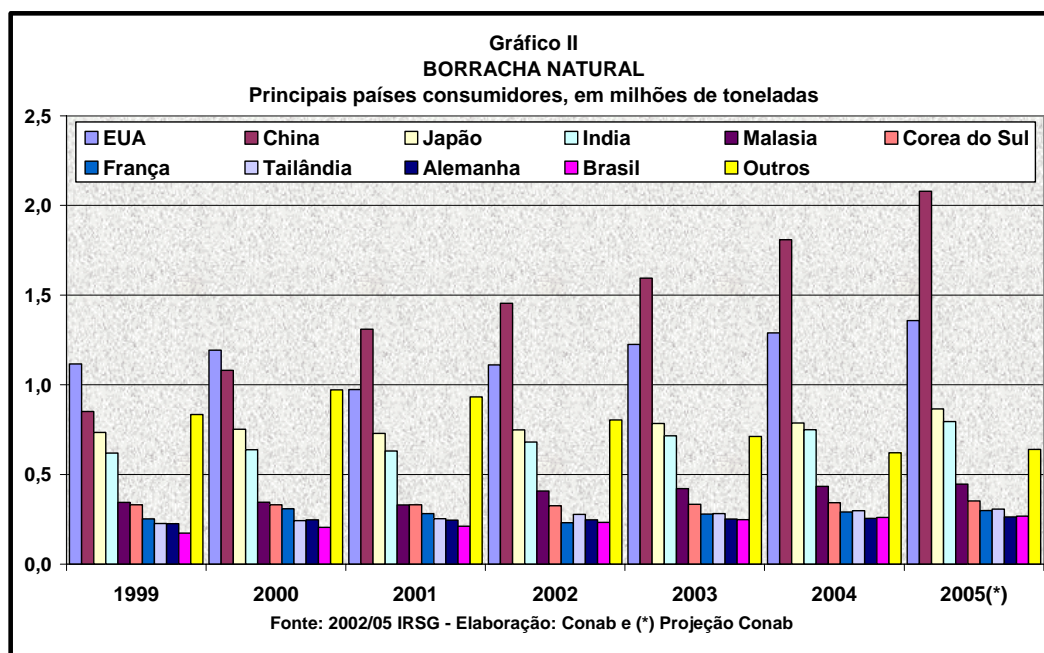
## 2 – Panorama internacional

A produção mundial de borracha até o terceiro trimestre de 2005, como mostrada no Gráfico I, calculada pelo *International Rubber Study Group (IRSG)* situou-se em 6,4 milhões de toneladas, com perspectivas que no balanço final alcance algo em torno de 9,0 milhões de toneladas, sendo que o principal produtor continua a ser a Tailândia, com 3,02 milhões de toneladas, em seguida vem a Indonésia com 2,13 milhão de toneladas, e após a Malásia com 1,1 milhão.

É importante observar que mais de noventa por cento de toda produção mundial está concentrada nos países da Ásia (Tailândia, Indonésia, Malásia, Índia, China, Vietnã e outros de menor expressão), não existindo a possibilidade de se reverter este quadro no médio prazo. Dois fatores foram decisivos para que isto acontecesse: os investimentos feitos, especialmente pela Inglaterra, na adaptação da *Hevea Brasiliensis* ao clima da região e os investimentos econômicos na exploração do látex. Atualmente já aparecem alguns focos importantes de produção nos países africanos banhados pelo Oceano Atlântico, tais como Libéria, Camarões e Nigéria. Em 2005, o Brasil alcançou 9ª posição como produtor mundial, contribuindo com apenas 106,4 mil toneladas, ou seja, 1,20% da previsão de produção total mundial.

O consumo de 2005, até o terceiro trimestre foi calculado em 6,5 milhões de toneladas, sendo que os principais usuários são mostrados no Gráfico II. O uso desta matéria-prima segue crescendo a taxas importantes tendo a China passado de 852,0 mil toneladas no ano de 1999 para 1.808,3 mil toneladas em 2004, com incremento de 112,24% no período. Este aumento no consumo chinês se deve ao vigoroso desempenho de sua economia. Em 2005, o PIB do país experimentou um crescimento de 9,9%, com destaque para indústria automotiva e o conseqüente aumento do consumo de borracha para fabricação de pneus.

Os Estados Unidos, que era o maior consumidor, posição perdida para a China a partir de 2001, vem mantendo a demanda em torno de 1,2 milhão de toneladas por ano, pois sua indústria atende a mercados estabilizados com pouca variação no consumo de matéria-prima. Em geral, China, Estados Unidos, Japão e Índia, nos demais países consumidores a demanda tem crescido a taxas pequenas, sendo que nesta projeção foi estimado o incremento médio do consumo de 4,5%. É importante observar que de forma geral os principais produtores não são consumidores importantes, de modo que existe um importante comércio internacional desta matéria-prima.



Na relação oferta *versus* demanda é necessário analisar os dados da Índia, já que produziu, em 2005, o total de 774,0 mil toneladas e consumiu 795,0 mil toneladas, gerando, assim um déficit de 21,0 mil toneladas. Praticamente todos os produtos feitos da borracha admitem em sua composição, a mistura com produto autêntico, muito mais barato. Enquanto, na média mundial, são utilizados entre 30 e 40% de borracha natural em relação ao total, na Índia utiliza-se 70%. Se os processos industriais daquele país forem modificados, deixará de ter déficit, ou seja, não mais importará e ainda disponibilizará para o mercado externo algo próximo a 100,0 mil toneladas.

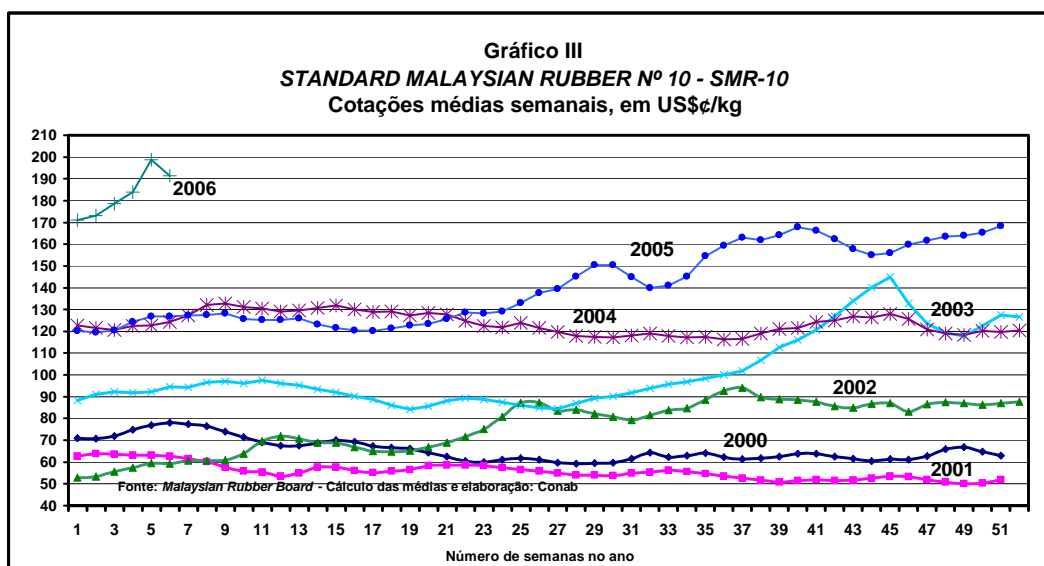
Cerca de 70% de toda borracha natural consumida no mundo é destinada a produção de pneus. A maioria das empresas pneumáticas é constituída por grandes conglomerados econômicos que têm poder de pressão na formulação dos preços de compra da matéria-prima. Por outro lado, os países produtores dependem da comercialização de látex, pois são economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento e qualquer fonte de renda é muito importante para ser desprezada. Este fato faz com que os preços, na maioria dos casos, fiquem ao sabor das políticas dos compradores e não dos vendedores, resultando, quase sempre, no aviltamento dos preços.

Na tentativa de superar essa situação, foi formado, em dezembro de 2001 o *International Tripartite Rubber Cooperation (ITRC)* com a finalidade de

reduzir a produção. Em 06/10/2003 foi assinado o *International Rubber Consortium Limited (IRCo)* com a finalidade de controlar os estoques, o comércio e os preços da borracha.

Conforme pode ser visto no Gráfico III, a medida foi acertada, pois a partir de então os preços iniciaram um importante processo de reação, tendo atingido a melhor cotação na semana de 17 a 21/06/2002, com a média de US\$¢ 87,16/kg. No final do ano a borracha estava cotada em US\$¢ 87,75/kg na *Malaysian Rubber Board*. A cotação média da primeira semana de 2003 foi de US\$¢ 88,39/kg, chegando a US\$¢ 94,72/kg na semana de 17 a 21/03/2003 e atingindo seu maior valor durante o ano, US\$¢ 144,96/kg, na primeira semana de novembro.

Em 2004 os preços se mantiveram estabilizados na média dos US\$¢ 125,00 por quilo. O ano de 2005 apresentou desempenho favorável para os produtores, pois os preços apresentaram uma elevação de 35,77%, considerando janeiro a dezembro, iniciando em US\$¢ 121,43 e atingindo no final US\$¢ 164,86. Vários fatores contribuíram para essa elevação, dentre eles a forte demanda por parte dos principais países consumidores, China, Estados Unidos, Índia. Os significativos aumentos verificados na cotação do petróleo funcionaram como elemento de pressão no incremento dos preços da borracha. A escalada de alta, dos preços, continuou no início de 2006, agravada com a situação climática nos principais países produtores Tailândia e Malásia, atingidos por fortes e longas chuvas, dificultando a colheita do produto e uma conseqüente retração da oferta o que levou cotações a atingirem a incrível marca de US\$¢ 200,30 na segunda semana de fevereiro/2006.



### 3 - Panorama nacional

Da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, a borracha natural proporcionou e sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do Brasil, o Ciclo da Borracha. Nesse período grandes empresas e bancos instalaram-se em Manaus e Belém para operar com a cadeia produtiva. A produção amazônica cresceu anos seguidos, em 1912 o Brasil exportou 42.286 toneladas de borracha seca, ao preço de 380 libras esterlinas por tonelada (o maior preço foi obtido em 1910 com 655 libras esterlinas por tonelada quando foram exportadas 38.547 toneladas).

Os dirigentes brasileiros demoram muito na tomada de decisão, que visa ampliar a capacidade de produção do Brasil e, em muitos casos, de forma equivocada. A primeira iniciativa foi do americano *Henry Ford* que, preocupado com o abastecimento desta importante matéria utilizada como material componente na fabricação de seus carros, adquiriu uma fazenda no Estado do Pará, no final dos anos 20, do século passado, onde plantou 70 milhões de mudas com a finalidade de produzir 300 mil toneladas anuais de borracha natural, algo equivalente à metade do consumo mundial da época. Entretanto, por problemas fitossanitários, o projeto não logrou êxito e mais tarde foi abandonado, amargando pesados prejuízos.

Os japoneses, ao tomarem a Malásia, interromperam o fornecimento de 95% da borracha natural exportada e trouxeram grandes dificuldades para os países aliados. Os EUA, principal afetado, adotou várias medidas, algumas internas como: a redução da velocidade dos carros para apenas 35 milhas por hora, assim, reduzindo o desgaste de pneus, a reciclagem de toda borracha existente, a convocação de todas as indústrias químicas e profissionais da área para buscarem um substituto para o produto natural.

O Brasil, que ainda possuía suas árvores, mas com seu sistema produtivo desarticulado, foi chamado a colaborar com o esforço de guerra. Assim, em março de 1942 foi assinado o “Acordo de *Washington*” que tinha como objetivo básico estimular ao máximo a produção da borracha amazônica, visando aumentar o excedente exportável para os EUA. É desta época o grande incentivo para que brasileiros de outras regiões fossem para a Amazônia, surgindo daí, o termo “soldado da borracha”. Inicia-se o período em que o setor passa a ser controlado pelo Governo, por meio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A. bem como é criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), com o fito de assegurar o suprimento regular de gêneros aos seringais.

Com a chegada das indústrias automobilísticas, no Governo JK, teve início o período de escassez do produto, pois a produção era menor que o consumo, e em 1951 o Brasil é obrigado a importar 400 toneladas de borracha, ao preço de US\$ 1.250,00/tonelada, para atender a indústria local. A partir de então foram feitas várias tentativas no sentido de aumentar a produção brasileira. A mais importante foi o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probor) que, em suas três versões contratou a plantação de 208.315 hectares, porém somente foram cultivados 32.811 hectares. Por terem sido concentrados os investimentos na região amazônica os resultados obtidos foram muito aquém das expectativas, pelos mais diversos motivos, desde dificuldades próprias da região, como ataque de pragas e doenças, até o mau uso dos recursos públicos.

Por puro acaso, em 1915, foram plantadas algumas mudas na fazenda do Cel. José Procópio de Araújo Ferraz, no Estado de São Paulo, que se desenvolveram muito bem. Assim, a despeito da reação contrária dos representantes do extrativismo brasileiro, foram repassadas sementes para o Instituto Agrônomo de Campinas que efetuou o plantio e fez o acompanhamento das lavouras, as plantas atingiram a idade adulta por volta de 1950. Em 1956, ao assumir o governo de São Paulo, Jânio Quadros deu maior atenção à seringueira, tendo sido criado o Serviço de Expansão da Seringueira (SES) e o Fundo de Fomento à Cultura da Seringueira, de modo que em 1957, já havia cerca de 40 viveiros de produção de mudas no Estado.

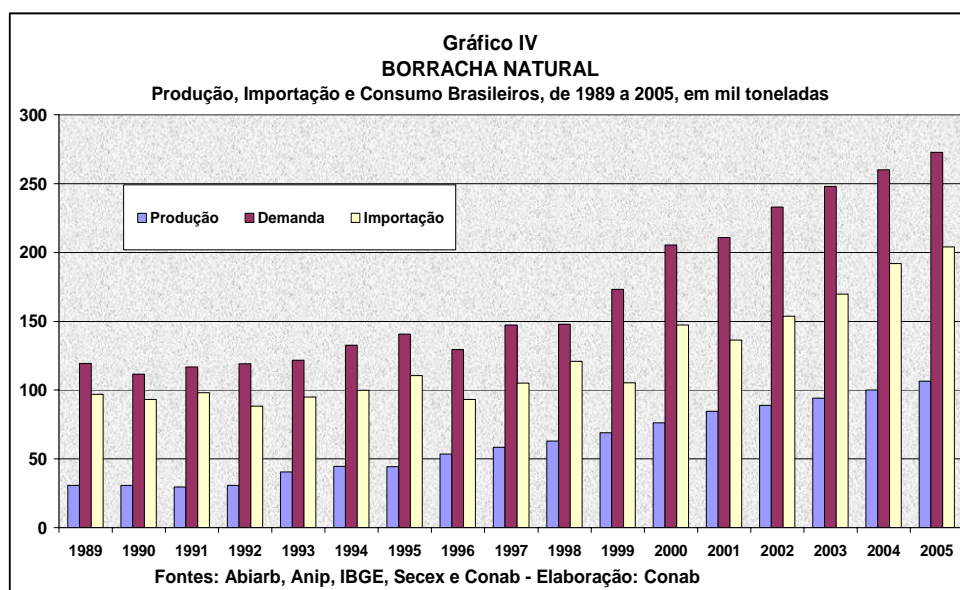
Torna-se oportuno ressaltar que, os altos e baixos das políticas do setor acabaram produzindo resultados positivos. Em 1990 o Brasil produziu 24.284

toneladas de látex coagulado, com 60% de DRC, em uma superfície de área cultivada de 63.641 hectares. O que se verificou nos anos seguintes foi uma significativa expansão da cultura no País, em 2003, a produção brasileira totalizou 156.318 toneladas, em uma área cultivada de 108.965 hectares. Na década, o crescimento da produção foi da ordem de 543,71%, e da área, apenas 71,22%. Tal fato ocorreu graças à mudança do sistema de produção da borracha no Brasil, que se concentrou na heveicultura nas chamadas zonas de escape, ou seja, regiões aptas para o plantio da *hevea*, mas não suscetíveis ao mal das folhas, e, ainda, pelo uso de clones mais produtivos e resistentes, muitas vezes importados do Sudeste Asiático.

As duas situações mostram importantes mudanças, a saber: em 1990 a Região Norte participava com 9,25% do látex produzido em 4,67% da área e o Estado de São Paulo participava com 31,66% da produção, em apenas 5,84% da área toda, com clones resistentes e produtivos. Os dados do ano de 2004 demonstram que a Região Norte detinha apenas 2,63% da produção e 4,90% da área, enquanto que São Paulo produziu 54,0% do látex com 33,04%, da área plantada.

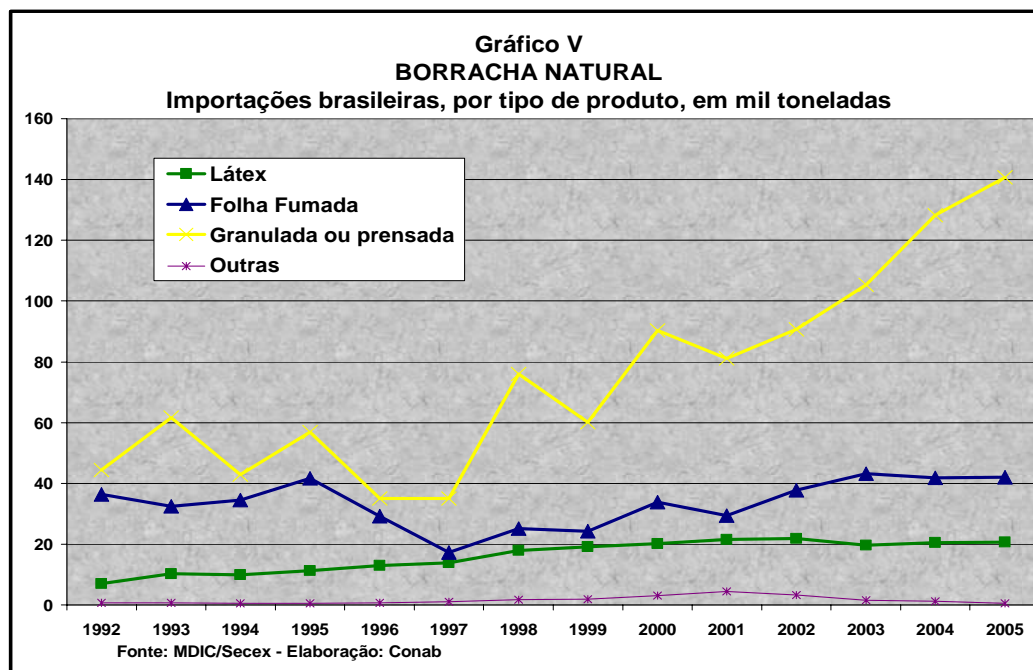
Ressalta-se, ainda, que dentro do espírito de plantar a seringueira nos locais onde correm menores riscos de ataques de pragas e doenças, destacam-se os Estados de Mato Grosso com a produção, segundo dados do IBGE de 2004, de 18,50% do total do Brasil, a Bahia com 12,62%, e o Espírito Santo com 4,87%.

O Gráfico IV indica que o Brasil é importador tradicional de borracha, fato este que vem acontecendo desde de 1951. Na última década (1995 a 2005), a produção nacional saltou de 44.297, para 106.400 toneladas, um acréscimo de 140,20%, enquanto o consumo interno obteve um crescimento de 100,53%, saindo das 154.755 para 310.327 toneladas, já as importações do produto tiveram um crescimento menor no período, 84,6%, saltando de 110.457 para 203.927 toneladas.



Apesar de o País importar 2/3 da borracha necessária ao consumo interno, nota-se que o incremento da produção nacional na última década foi superior ao crescimento tanto do consumo quanto das exportações. Tal movimento pode ser verificado quando subdividimos os diferentes tipos de borracha que foram

importadas, no período de 1990 a 2005, Gráfico V com a predominância pelas compras da matéria-prima prensada ou granulada, utilizada pela indústria de pneumáticos. Até 1998, tendo em vista uma certa estabilidade no consumo e na produção interna, as importações também eram mantidas com relativa constância. A partir de então, o consumo começa a crescer de forma acentuada, levado pelo aumento da produção interna, mas abaixo das necessidades do setor industrial, de modo que as importações são, ainda, importantes para abastecer as indústrias.

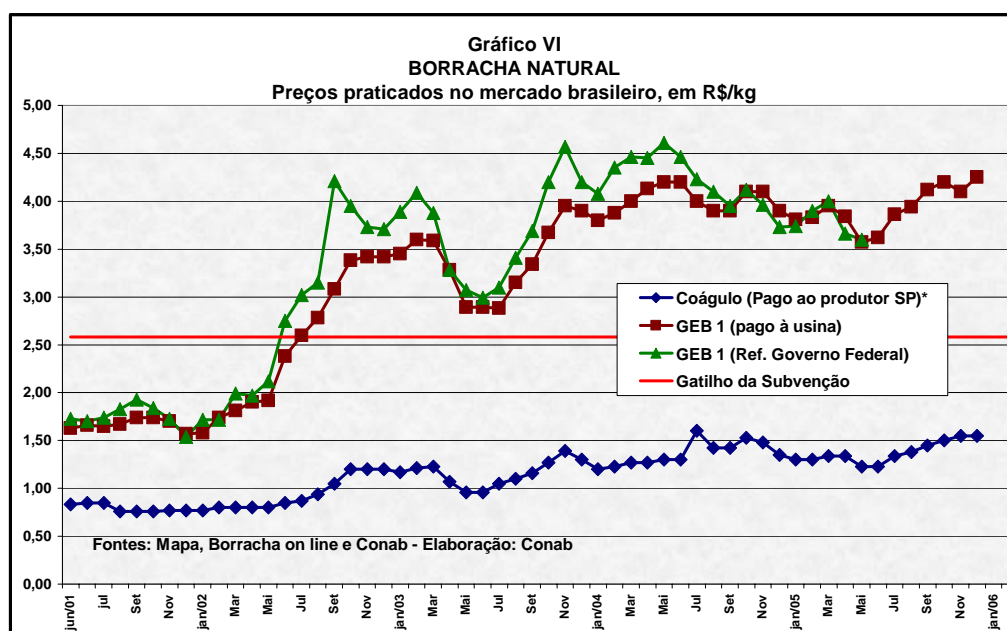


Conforme ilustrado no Gráfico III, os preços internacionais, em razão das crises asiáticas e do excesso de produção, estiveram em patamares muito baixos (a média de 1997 foi de US\$ 46,16/kg e de 1998 foi de US\$ 30,84/kg), tornando a produção interna gravosa. Isto levou a redução da produção interna com os produtores (heveicultores e extrativistas) não fazendo o “corte” das árvores, reduzindo, por conseqüência, os investimentos da indústria consumidora no aumento de seu parque produtivo.

Para minimizar este problema foi editada a Lei nº 9.479, em 12/08/1997, onde o Governo Federal comprometeu-se a dar uma subvenção máxima de R\$ 0,90 por quilo de borracha beneficiada do padrão Granulado Escuro Brasileiro, tipo 1 (GEB-1), adquirida pela indústria, sendo que para os demais produtos procedia-se o cálculo do valor com base nas suas especificações e seguindo o padrão fixado na Portaria MF nº 187, de 29/06/1995. A subvenção era paga em 100%, nos primeiros quatro anos, e reduzida em 20% a cada ano até o seu oitavo ano de execução.

O Gráfico VI mostra os efeitos da aplicação da subvenção durante a vigência do programa. Em julho de 2001 o produtor recebia pela borracha R\$ 0,85/kg, enquanto que as usinas comercializavam o GEB-1 por R\$ 1,66/kg e o Preço de Referência do Governo Federal foi calculado em R\$ 1,70. Nesta ocasião e até o mês de julho de 2002, os preços de Referência estavam abaixo do valor fixado de R\$ 2,58/kg, dando condições para o pagamento da subvenção econômica. Ao ter atingido o valor de R\$ 2,75/kg do GEB-1, cessou as condições para o pagamento da

subvenção, fato este que predomina até o momento atual, de modo que o pagamento da subvenção está parado desde então.



No que diz respeito aos preços recebidos pelos produtores observa-se que ao se tomar por base as cotações praticadas em São Paulo, segundo dados da Faesp, em setembro de 2001 o produto estava cotado em R\$ 0,76/kg já inclusa a subvenção econômica. Com a elevação das cotações internacionais, cujos reflexos se fizeram sentir nos preços do GEB-1, os beneficiadores passaram a remunerar melhor a matéria-prima e o coágulo virgem com 53% de DRC que passou a ser comercializado em abril de 2003, a R\$ 1,23/kg. Entretanto, esses preços não tiveram muita sustentação e, em julho de 2003, com o avanço da coleta de látex, já estava sendo cotado por R\$1,10 por quilo, mas na seqüência apresentou franca recuperação passando para R\$ 1,27/kg em novembro de 2003 e R\$ 1,55 no mês de janeiro 2006.

Em vista dos fundamentos apontados, tudo indica que as cotações do SMR-10 na MRB continuaram com os movimentos típicos de uma *commodity*, com elevações e retrações, mas certamente ficaram em patamares superiores àqueles verificados anteriormente à criação do acordo, especialmente depois de ter sido fixado o preço mínimo de venda. Desta forma e sob o ponto de vista técnico, cessa a possibilidade de o Governo Federal voltar a pagar subvenção econômica para o produto. Considerando as condições atuais, o mercado está remunerando bem a produção do heveicultor.

#### 4 - Propostas de políticas para o setor

Com o fim da aplicação da Lei nº 9.479/1997 e, considerando a importância que o setor tem assumido nos últimos anos, enquanto gerador de empregos e renda em toda a cadeia agroindustrial, e a sua capacidade de gerar divisas, pois o Brasil é hoje um importante exportador de pneus e artefatos, quer na forma de componentes avulsos, quer como componentes embarcados, é fundamental que se estructure políticas públicas de apoio à produção. É evidente que o mercado, o principal e mais importante indutor da atividade econômica, está

fazendo a sua parte. Os preços internacionais estão dando sustentação para o investimento interno e o mercado está absorvendo a produção brasileira com preços remuneradores.

Como o Brasil dispõe de dois tipos de exploração da seringueira bem distintos, as políticas públicas também têm que ser específicas. Uma destinada à exploração extrativista, neste caso haveria necessidade de aprovação do AGF para aquisição de borracha natural originária da Região Amazônica. Quanto a heveicultura o instrumento a ser utilizado continua sendo o EGF.

A presente proposta buscará, apenas, atualizar os valores do EGF sem opção de venda e será baseada nos seguintes parâmetros:

- a) Custo de produção: tomou-se por base a metodologia desenvolvida pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, considerando os Custos Operacionais Efetivos (COE) para o período de produção plena da heveicultura (do 10º ao 30º ano de exploração) e aplicou-se os custos levantados junto ao setor. O resultado indica que no ano de 2005 o custo foi estimado em R\$ 1,18 por quilograma de cernambi virgem com 53% de DRC e que em 2006, as projeções indicam que esse custo ficará em R\$ 1,35.
- b) Preços de mercado: foram utilizadas as informações divulgadas pelo Projeto Borracha Natural, constando que a média dos preços praticados em São Paulo durante o ano de 2005 foi de R\$ 1,36/kg e que o preço médio de fevereiro de 2006 foi de R\$ 1,59/kg, para a borracha com 53% de DRC.
- c) Preços de paridade: tomando-se os preços médios praticados na *MRB*, em fevereiro de 2006, e os custos médios de importação, a *SMR-10* o produto chega no pátio da indústria em Campinas (SP) a um custo de R\$ 4,34 por quilograma considerando cambio projetado em R\$ 2,20 por US\$. Ao produtor no interior o preço seria de R\$ 1,40 por quilograma de coágulo virgem com 53% de DRC.

Assim, com base nos dados demonstrados, buscando apresentar uma proposição que dê condições para o setor obter recursos a juros controlados em volume que possa fazer frente a sua necessidade de capital de giro e, ao mesmo tempo, não trazer qualquer dificuldade para o setor bancário em operar esta linha de crédito, está sendo proposto o preço de referência para o cernambi virgem com 53% de DRC em R\$ 1,14 por quilograma (ou seja, incremento de 14% que corresponde à variação do custo de produção de 2006 em relação a 2005) e de R\$ 4,34 por quilograma para o GEB-1. Ressalte-se que em razão da necessidade de estocar o produto sob penhor durante o financiamento, o EGF/COV só poderá ser feito com os produtos beneficiados. Para os demais produtos os preços estão indicados na Tabela 1:

**Tabela I**  
**Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM**  
**Proposta de preços mínimos para a Borracha Natural**  
**Tabela de Preços Mínimo, por produto, safra 2006/07**

Produtos	Sigla	Preço Mínimo (R\$/kg)
Produtos industrializados		
<b>Granulado Escuro Brasileiro 1</b>	<b>GEB-1</b>	<b>4,34</b>
Granulado Escuro Brasileiro 2	GEB-2	4,25
Granulado Escuro Brasileiro 3	GEB-3	4,16
Crepe Escuro Brasileiro 1	CEB-1	4,34
Crepe Escuro Brasileiro 2	CEB-2	4,25
Crepe Escuro Brasileiro 3	CEB-3	4,16
Granulado Claro Brasileiro	GCB	4,97
Folha de Defumação Líquida	FDL	4,52
Folha Fumada Brasileira 1	FFB-1	4,52
Folha Fumada Brasileira 2	FFB-2	4,34
Folha Fumada Brasileira 3	FFB-3	4,25
Folha Fumada Brasileira 4	FFB-4	4,16
Folha Clara Brasileira 1	FCB-1	4,70
Folha Clara Brasileira 2	FCB-2	4,61
Crepe Claro Brasileiro 1	CCB-1	4,97
Crepe Claro Brasileiro 2	CCB-2	4,88
Latex Natural Centrifugado a 60%		3,26
Borracha de campo		
Placa Bruta Defumada	PBD	2,41
Borracha em Bola ou Pela	BB	2,03
Cernambi Virgem Prensada 72% de DRC	CVP	1,83
Cernambi a Granel	CG	1,54
Cernambi Rama	CR	1,16
Látex de Campo 31% de DRC	LC	1,06
<b>Cernambi 53% de DRC (*)</b>	<b>CV</b>	<b>1,35</b>

(\*) Preço base. Para calcular o preço dos demais teores de unidade, dividir o preço de R\$ 1,00 por 53 e multiplicar pelo teor de unidade em questão.